



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 24

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA QUINZE DE
NOVEMBRO DE DOIS MIL E
DEZASSETE. -----

----- Aos quinze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezassete, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os **Senhores Vereadores, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites**.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar a falta do **Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires** por se encontrar de férias.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Calado Chuço** foi perguntado com base na abordagem de Munícipes, sobre a localização de alguns contentores na Malarranha, que se encontram junto a porta de moradores, causando mau cheiro.-----

Também questionou a localização dos contentores na Rua do Barco, por se encontrarem junto a uma rampa que é diariamente utilizada por uma senhora com mobilidade física reduzida e que se desloca em cadeira de rodas e, que segundo os seus pais muitas das vezes a rampa encontra-se com lixo, o que impede que a cadeira circule.-----

Pelo **Senhor Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos**, foi respondido que, relativamente à questão dos contentores do lixo, ou a outras que a **Senhora Vereadora Paula Chuço** queira trazer à reunião, sugiro-lhe que traga também soluções. -----

Neste caso em particular aguardo uma proposta da **Senhora Vereadora** para alterar a localização dos contentores. -----

Aprovação da acta da reunião anterior: Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada por unanimidade e assinada a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.-----

- **Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião:** -----

- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PROJECTOS DE ARQUITECTURA:** Presentes os seguintes projectos de arquitectura, em nome de: -----

- **José Prudêncio Garcia Honório Cabaço**, para alteração e ampliação de edifício de habitação, sito na Rua da Fonte Velha, n.º 29 e 31 em Cabeção. Aprovado por unanimidade o projecto de arquitetura de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de prazo de 6 meses para apresentação dos projetos de especialidades em conformidade com o n.º 4 do artigo 20º do DL 555/99 de 16/12 com as alterações introduzidas pela Lei 60/2007 de 04/09.-----

- **José Lourenço Castelo Branco de Brito e Abreu**, para construção de armazém agrícola e reservatórios de água, na Herdade da Franzina, artigo 2.º, Secção B, Mora. Aprovado por unanimidade o projecto de arquitetura de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e pareceres emitidos pelas entidades externas, anexas ao presente processo devendo o requerente cumprir

com os mesmos. Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de prazo de 6 meses para apresentação dos projetos de especialidades em conformidade com o n.º 4 do artigo 20º do DL 555/99 de 16/12 com as alterações introduzidas pela Lei 60/2007 de 04/09. -----

- **José Lourenço Castelo Branco de Brito e Abreu**, para construção de edifício destinado a habitação no prédio denominado Furadouro inscrito na matriz sob o **artigo 6.º, Secção B - B1** da freguesia de Mora. Aprovado por unanimidade o projecto de arquitetura de harmonia com os pareceres da **Divisão de Obras e Urbanismo** e da **CCDRA**, devendo o requerente cumprir com os mesmos. Mais foi deliberado por unanimidade conceder o prazo de prazo de 6 meses para apresentação dos projetos de especialidades em conformidade com o n.º 4 do artigo 20º do DL 555/99 de 16/12 com as alterações introduzidas pela Lei 60/2007 de 04/09. -----

----- **Ponto um - dois: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - PROCESSO L2/2004 - RECEÇÃO PROVISÓRIA TOTAL DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que através de requerimento apresentado por **JAV - Materiais de Construção, Lda.** foi solicitada a receção provisória total das obras de urbanização da operação de loteamento titulada pelo alvará de loteamento n.º 1/2006, nos termos do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010 de 30 de março, bem como a redução de 90% do valor total da caução prestada, nos termos do artigo 54.º do supracitado diploma, atendendo a que as obras se encontram concluídas. -----

A vistoria para receção provisória das obras de urbanização foi efetuada em

20/10/2017, conforme consta do relatório em anexo ao presente processo. Verificou-se a execução de trabalhos em conformidade com os projetos de especialidade aprovados, estando assim reunidas as condições necessárias para a realização da receção provisória total das obras de urbanização. -----

De acordo com o disposto no n.º 4 e n.º 5 do artigo 54.º do diploma supra referido, poderá o montante inicial da caução prestada mediante garantia bancária n.º 9/2006 na **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Moravis, C.R.L.**, no valor de **28.754,30 €**, e autorizada a sua redução para o valor de **5.293,38 €** conforme notificado em 21 de fevereiro de 2008 ser agora reduzido em **90%** do montante inicial, ou seja para o valor de **2.875,43 €**, que será libertado com a receção definitiva das obras de urbanização. -----

Face ao exposto, propõe-se que seja tomada deliberação em conformidade. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade proceder em conformidade com o proposto na informação da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

----- **Ponto um - três: TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** propondo a atribuição da numeração de polícia aos prédios marginais das seguintes vias assim como a atualização das respetivas designações toponímicas: -----

- Rua do Vale da Bica - anteriormente Estrada do Vale da Bica; -----
- Rua das Amieiras - anteriormente apenas Amieiras/Vale Flores; -----
- Travessa do Vale Flores - anteriormente Vale Flores e para não enquadrar a numeração da Rua C da Zona Industrial.-----
- Rua das Foros de Mora; -----
- Travessa dos Foros de Mora; -----

- Rua do Vale de Mora. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada e nos termos da alínea ss) do número um do artigo trinta e três da Lei nº. 75/2013 de 12 de Setembro de 2013, atribuir a numeração de polícia aos prédios marginais das seguintes vias assim como a atualização das respetivas designações toponímicas: -----

- Rua do Vale da Bica - anteriormente Estrada do Vale da Bica; -----

- Rua das Amieiras - anteriormente apenas Amieiras/Vale Flores; -----

- Travessa do Vale Flores - anteriormente Vale Flores e para não enquadrar a numeração da Rua C da Zona Industrial.-----

- Rua das Foros de Mora; -----

- Travessa dos Foros de Mora; -----

- Rua do Vale de Mora. -----

Mais foi deliberado por unanimidade dar conhecimento às **Entidades** interessadas de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

----- **Ponto um - quatro: VISTORIAS:** Presente ainda informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** enviando o relatório de vistoria realizada ao prédio sito na Rua Joaquim Pereira Cachola nº. 32 em Brotas, propriedade de Possidónio José Coelho Banha, para verificação de danos no edifício provocados pela grave degradação de um anexo que lhe é contíguo, sito no nº. 30 da mesma Rua, e propondo que seja tomada deliberação em conformidade. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade **aprovar** o **Relatório de Vistoria**, indo proceder em conformidade com o constante no mesmo. -----

Presentes também várias reclamações, a seguir descritas devido às condições

de insalubridade e insegurança dos prédios contíguos, tendo sido efetuadas diligências no sentido de identificar os artigos matriciais, os seus proprietários e respetivas moradas, o que nem foi possível. -----

A) - Maria José Lourenço - Rua 5 de Outubro nº 8 - Cabeção.-----

Situação - O prédio contíguo está em degradação, com ruína da cobertura e provoca infiltrações para o prédio da reclamante.-----

Prédio Degradado - Rua 5 de Outubro nº 6 – Cabeção.-----

Não foi possível identificar o artigo matricial e os seus proprietários. -----

B) - Luis Alexandre Marques Reguengos - Rua Vasco da Gama, nº 19 – Cabeção. -----

Situação - O prédio contíguo está em degradação, com ruína da cobertura e provoca o aparecimento de efluentes de salitre na parede meeira da empena. -----

Prédio degradado - Rua Vasco da Gama, nº 21 – Cabeção. -----

Proprietária Maria Filipa Prates. -----

C) - José Ramalho Estoura Azougado - Rua de Lisboa, nº 12 - Cabeção

Situação - O prédio contíguo encontra-se em degradação, com ruína da cobertura e provoca infiltrações para o prédio do reclamante. Apesar destas condições o prédio encontra -se habitado.-----

Prédio degradado- Rua de Lisboa, nº 10- Cabeção. -----

Proprietário indicado - Dr. Rui Lopes Aleixo.-----

D) - Reclamante: Junta de Freguesia de Cabeção. -----

Prédio sito no Largo Infante D. Henrique, nº5 – Cabeção.-----

Situação: O prédio encontra-se em avançado estado de degradação com risco de insegurança e queda para a via pública. Os prédios ao seu lado encontram-

se na mesma situação. -----

Proprietários: Desconhecidos. -----

E) - João Jerónimo. -----

Rua Vasco da Gama, nº 45. -----

Situação: O prédio contíguo apresenta um estado generalizado de insalubridade e instabilidade estrutural grave e irreversível.-----

Prédio Degradado - Rua Vasco da Gama, nº 47 – Cabeção. -----

Proprietários : António José Feijão Croca, Joaquim Feijão Croca e Outros. -----

F) - Graça Maria Branco Duarte Pinto. -----

Rua Nova, nº. 79/81. -----

Situação. O prédio anexo encontra-se em ruína total, o que originou a degradação generalizada de parte do seu prédio (cozinha e wcs do 2º piso). -----

Prédio Degradado - Rua de Trás do Quintais. -----

Proprietários: Vários - Cabeça de casal de herança de Francisco Pedro Boto - Adelaide da Conceição Boto Santos Afonso / Carla Alexandra Henriques dos Santos / Ana Afonso / desconhecidos. -----

Nos termos do nº 2 do artigo 89º do D.L. nº 555/99 de 16 de dezembro com a redação do D.L. nº 136/2014 de 9 de setembro a câmara municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria de arranjo estético. -----

A deliberação acima indicada deverá ser procedida de vistoria, nos termos do artigo 90º da supracitada legislação, pelo que propõe-se a sua realização.-----

Tendo em atenção que na maioria das situações em causa não são conhecidas os artigos matriciais, proprietários e endereços, propõe-se que as notificações

para a realização das vistorias sejam efetuadas por edital a afixar nos prédios e por carta registada aos proprietários ou comproprietários conhecidos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, com base no parecer técnico, que aos prédios em causa seja realizadas vistorias e que as notificações para a realização das vistorias sejam efetuadas por edital a afixar nos prédios e por carta registada aos proprietários ou comproprietários conhecidos. -----

----- **Ponto um - cinco: EMISSÃO DE CERTIDÕES:** Presentes os seguintes pedidos de emissão de certidões em nome de: -----

- **Maria Antonieta Palhais Salgueiro Silva**, na qualidade de cabeça de casal da herança de Noémia Maria Sousa Palhais, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 636 da freguesia de Pavia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1220 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 28,00 m2. Solicita ainda que seja certificado que o imóvel se situa na Travessa dos Moinhos, n.º 14, anteriormente designada por Azinhaga do Curral. -----

Verifica-se que foi entregue cópia da atualização da caderneta predial urbana, onde consta que o prédio foi inscrito na matriz em 1986. -----

Sendo assim, verifica-se que o imóvel terá sido construído em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo RGEU àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipi-

pal de Edificação e Urbanização, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção. -----

Relativamente à morada, foi submetida certidão emitida pela Junta de Freguesia de Pavia, confirmando a alteração referida. -----

Face ao exposto e ao teor da certidão anexa, propõe-se o deferimento de pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **Maria Antonieta Palhais Salgueiro Silva**, na qualidade de cabeça de casal da herança de Joaquim António Salgueiro, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 488 da freguesia de Pavia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1221 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 21,00 m2.- Solicita ainda que seja certificado que o imóvel se situa na Travessa dos Moínhos, n.º 12, anteriormente designada por Curral do Concelho. -----

Verifica-se que foi entregue cópia da atualização da caderneta predial urbana, onde consta que o prédio foi inscrito na matriz em 1974. -----

Sendo assim, verifica-se que o imóvel terá sido construído em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo RGEU àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, não seria obrigatório o licenciamento municipal

e a respetiva licença de utilização à data da sua construção. -----

Relativamente à morada, foi submetida certidão emitida pela Junta de Freguesia de Pavia, confirmando a alteração referida. -----

Face ao exposto e ao teor da certidão anexa, propõe-se o deferimento de pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

- **Fernando Carlos do Carmo Santos**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1849 da freguesia de Mora descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 567 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 133,78 m2, localizada nos Foros de Mora. -----

Foi entregue cópia de caderneta predial urbana, onde consta que o prédio possuía a área de 85,00 m2 e que provém do artigo 523 (inscrito na matriz antes de 07/08/1951) e do artigo 1204 (que constitui melhoramento efetuado em setembro de 1959 do prédio inscrito sob o artigo 1026, que havia sido construído de novo em setembro de 1953). No entanto, esclarece o requerente que só agora se detetou que a área registada seria inferior à área real, tendo efetuado as correções necessárias, junto do Serviço de Finanças e da Conservatória do Registo Predial. Para o efeito, procedeu à entrega da cópia do mod. 1 do IMI e certidão já atualizada, em que se regista a área de construção de 133,78 m2. -----

Foi solicitada a colaboração do Serviço de Finanças de Mora, que indicou como áreas dos artigos de origem 52,74 e 74,20 m2 respetivamente, perfazendo ambos a área total de 126,94 m2. Assim, apesar deste se constituir como valor

ligeiramente inferior ao da atual área, será indicativo de que efetivamente existiria um lapso. De acordo com esses dados, constata-se uma diferença de área de 6,84 m², mas que se entende irrelevante, não ultrapassando a percentagem de 10% fixada pelos serviços do registo predial para efeitos de correções simplificadas (artigo 28.º - A do Código do Registo Predial). O local está atualmente inserido no perímetro urbano da sede de concelho, mas tal não se verificava antes do Plano Diretor Municipal vigente, publicado em 8/2/2008. Assim, e antes desta data, o local estaria fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho. Como tal, para a emissão da certidão requerida é necessário comprovar-se que o imóvel foi construído em data anterior a 29/06/87, em conformidade com o previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização.-----

Sendo assim, e com base nos elementos referidos, afigura-se que o imóvel tenha sido edificado em data anterior à da entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cuja ratificação é de 29/06/1987, situando-se fora do perímetro urbano e das zonas rurais de proteção fixadas para a sede de concelho e não existindo prova de qualquer deliberação municipal que tornasse extensivo o regime de licenciamento introduzido pelo RGEU àquele local. Assim, em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, não seria obrigatório o licenciamento municipal e a respetiva licença de utilização à data da sua construção, pelo que se submete a decisão o deferimento da pretensão. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.-----

----- **Ponto um - seis: DISPENSA DE CUMPRIMENTO DAS CEDÊNCIAS E COMPENSAÇÕES PREVISTAS NO RMEU E Nº. MÍNIMO DE LUGARES**

PREVISTOS EM PDM: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** enviando para deliberação, requerimento apresentado pela **CONESA PORTUGAL, S.A.** no âmbito do processo 3/2015 (Reposição da legalidade urbanística das edificações). Solicita a requerente a dispensa de cumprimento das cedências e compensações previstas no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização (RMEU) e do n.º mínimo de lugares previstos em Plano Diretor Municipal (PDM). -----

Anexa-se ao presente processo parecer jurídico emitido sobre o assunto. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade dispensar a requerente de cumprimento das cedências e compensações previstas no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização (RMEU) e do n.º mínimo de lugares de estacionamento previstos em Plano Diretor Municipal (PDM) de harmonia com o parecer jurídico. -----

Presente ainda informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** enviando para deliberação, requerimento apresentado pela **CONESA PORTUGAL, S.A.** no âmbito do processo 6/2017 (Construção de pavilhão industrial - armazém de produto acabado). Solicita a requerente a dispensa de cumprimento das cedências e compensações previstas no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização (RMEU) e do n.º mínimo de lugares de estacionamento previstos em Plano Diretor Municipal (PDM). -----

Anexa-se ao presente processo parecer jurídico emitido sobre o assunto. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade dispensar a requerente de cumprimento das cedências e compensações previstas no Regulamento Muni-

principal de Edificação e Urbanização (RMEU) e do n.º mínimo de lugares de estacionamento previstos em Plano Diretor Municipal (PDM) de harmonia com o parecer jurídico. -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: GRUPO DE CANTARES ALENTEJANOS DE BRO-TAS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO:** Presente informação da **Unidade de Acção Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 10, 14 e 15. -----

Face ao pedido apresentado pelo Grupo de Cantares Alentejanos de Brotas propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de 500,00€, destinado a apoiar o seu Plano de Actividades para 2017/2018. -----

A **Câmara Municipal** analisou a proposta e deliberou por unanimidade **conceder** o referido subsídio no valor de 500,00€ ao Grupo de Cantares Alentejanos de Brotas, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto dois - dois: CLUBE DE PESCA "OS ÁGUIAS CABEÇÃO" - PROPOSTA DE SUBSÍDIO:** A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade que o presente ponto seja analisado em próxima reunião. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **1.921.640,02€, um milhão novecentos e vinte e um mil seiscientos e quarenta euros e dois cêntimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor de **17.216,11€ dezassete mil duzentos e dezas-**
seis euros e onze euros.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **32.356,31€.** -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FATURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o **Mapa de Faturas.**----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **46.705,60€.** -----

----- **Ponto três - quatro: COMUNICAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTA-**
ÇÃO DE SERVIÇOS AO ABRIGO DO Nº. 4 DO ARTIGO 49º. DO OE 2017 -

OUTUBRO DE 2017: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que para cumprimento no disposto no n.º 4, do art.º 49º da Lei do Orçamento de Estado, junto se anexa à presente informação, para conhecimento, a listagem dos contratos de prestações de serviços estabelecidos em outubro de 2017. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - cinco: CALENDÁRIO DE ESCALA DE TURNOS DE SERVIÇO DAS FARMÁCIAS NO MUNICÍPIO DE MORA:**

Presente informação da Secção Administrativa informando que nos termos do Artº 3º da Portaria nº 277/2012 de 12 de setembro, revogada pela Portaria nº 14/2013 de 11/1, incluso envio para conhecimento e deliberação o Calendário de escala de turnos de serviço das Farmácias no Município de Mora, para o ano 2018. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta apresentada, ou seja com o Calendário de Escala de Turnos de Serviço das Farmácias no Município de Mora para o ano 2018. -----

----- **Ponto três - seis: TABELA DE PREÇOS 2017 - 5ª. ALTERAÇÃO:**

Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que de acordo com a legislação em vigor e para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da 5ª alteração à tabela de preços a praticar pelos serviços do Município, no ano de 2017, que consiste na inclusão de novos artigos e alteração de preços de artigos já existentes. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade **aprovar a 5ª alteração** à tabela de preços a praticar pelos serviços do Município, no ano de 2017, que consiste na inclusão de novos artigos e alteração de preços de artigos já existentes. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes despachos do **Senhor Presi-**

dente:-----

- **Em que determinou**, adjudicar à empresa João Assis, Lda., a aquisição de Bens Móveis com a designação de "Aquisição de Aspirador Urbano Elétrico Apeado", pelo valor de 10.490,00€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, adjudicar à empresa RTGEO, Planeamento e Ordenamento do Território Unipessoal Lda., a **Revisão do Plano Diretor Municipal de Mora** pelo valor de 70.000,00€ (s/ IVA), com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

Mais determinou aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, nomear os funcionários **Andrea Cristina Lamarosa Fernandes, Luis António Galveia Rocha e Isabel Maria Catarino Pinto Correia**, para Integrarem a equipa responsável pela realização dos Termos de Contagem de Valores da Tesouraria do Município de Mora, de acordo com o estipulado com o n.º 4, do artigo 78.º do regulamento do Sistema de Controlo Interno do Município de Mora. -----

- **Em que determinou** o seguinte: -----

A delegação e subdelegação de competências constituem um mecanismo privilegiado de desconcentração administrativa com vista a melhorar a eficácia, a eficiência e a transparência da Administração Pública, agilizando e flexibilizando os diferentes serviços municipais, de forma a melhor responder às necessidades e expectativas comunitárias, através da obtenção de níveis de qualidade

cada vez mais elevados na prestação de serviços à comunidade. -----

Considerando a constituição do novo executivo da Câmara Municipal, que decorreu do ato eleitoral do dia 1 de outubro de 2017; -----

Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 34º e do n.º 2 do artigo 36º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, tendo ainda em atenção o disposto nos artigos 35º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo e considerando as delegações de competências efetuadas pela Câmara Municipal no seu Presidente, através da deliberação de 31 de outubro de 2017, delego no Senhor Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, as minhas competências próprias e subdelego as que me estão delegadas para a prática dos atos administrativos e de gestão, no âmbito dos respetivos pelouros, nos termos seguintes:-----

1 - Delego as seguintes competências:-----

a) Execução das deliberações camarárias e coordenação da atividade do serviço da área do respetivo Pelouro (alínea b) do n.º 1 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro); -----

2 - Subdelego as seguintes competências: -----

2.1 - No âmbito dos pelouros: -----

a) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal, no âmbito do respetivo Pelouro, praticando os atos necessários para o efeito (alínea b) do artigo 39º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro); -----

b) Executar as opções do plano e orçamentos aprovados, na área do seu pelouro (alínea d) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro); -----

c) Gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no Património Municipal ou colocados, por lei sob a administração municipal, no âmbito

do respetivo Pelouro (alínea ee) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro); -----

d) Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central (alínea r) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro); -----

e) Organizar e gerir os transportes escolares, (alínea gg) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro); -----

f) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nos casos estabelecidos por lei e no âmbito dos respetivos pelouros (alínea nn) do n.º 1 do artigo 33º); -----

g) Gestão e funcionamento decorrentes do abastecimento de água e saneamento básico, exercendo as competências necessárias nas respetivas matérias (alínea uu) do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro).-----

2.2 No âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua última redação: -----

a) Autorização administrativa de utilização de edifícios ou suas frações (n.º 3 do artigo 5º); -----

b) Admissão ou rejeição da Comunicação prévia (n.º 2 do artigo 5º); -----

c) Direção da instrução do procedimento de controlo prévio das operações urbanísticas (n.º 2 do artigo 8º); -----

d) Certificar, para efeitos de registo predial (n.º 9 do artigo 6º);-----

e) Decisão sobre questões de ordem formal e processual, nos termos do previsto nos nºs 1, 2, 3, 4 e 11 do artigo 11º (n.º 10 do artigo 11º);-----

f) Emissão do alvará de licença para a realização das operações urbanísticas (artigo 75º);-----

g) Prestar a informação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 110º;---

h) Manter atualizada a relação dos instrumentos jurídicos previstos no artigo 119º; -----

i) Prestar informações sobre processos relativos a operações urbanísticas, nos termos do artigo 120º. -----

II - O presente Despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura. -----

III - São ratificados todos os atos administrativos ora delegados e subdelegados entretanto praticados, que estejam em conformidade com a presente delegação e subdelegação de competências. -----

----- **Ponto cinco - dois: FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMI (ARTIGO 112º. DO**

CIMI): Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** propondo a fixação das taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes termos: -----

- Alínea c), do n.º 1, do art.º 112º do CIMI - prédios urbanos (de 0,3% a 0,5%): 0,3%; -----

- N.º 8, do art. 112.º do CIMI - majorar em 30% os prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; -----

- N.º 9, do art. 112º do CIMI - majorar até ao dobro da taxa aplicável os prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00€ por cada prédio abrangido. -----

Mais se propõe o seu envio à Assembleia Municipal. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade, **aprovar** a proposta apresen-

tada pelo **Senhor Presidente**, devendo o assunto ser presente na próxima sessão da **Assembleia Municipal**, para efeitos de deliberação. -----

----- **Ponto cinco - três: DERRAMA (ARTIGO 18 DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO - REFALEI):** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que com base no n.º 1, do artigo 18º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, proponho a aplicação da taxa de 1,5% de derrama. -----

Esta taxa incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponde à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----

Mais se propõe o seu envio à **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por maioria com três votos a favor dos **Senhores Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos, Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes, Vereador Bruno Alexandre Croca Brites,** todos da **CDU** e um voto contra da **Senhora Vereadora do PS, Paula Cristina Calado Chuço, aprovar** a proposta apresentada pelo **Senhor Presidente**, devendo o assunto ser presente na próxima sessão da **Assembleia Municipal**, para efeitos de deliberação.-----

Pela **Senhora Vereadora** do PS, **Paula Cristina Calado Chuço** foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Voto contra porque penso que a taxa da derrama podia descer como forma de mostrar um pequeno sinal de incentivo às empresas, para que se instalem, mantenham e criem postos de trabalho”. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos foi feita a seguinte declaração de voto: -----

“ A posição da Senhora Vereadora relativamente à derrama é típica de quem não tem responsabilidades executivas e, por isso puramente demagógicas.” -----

----- **Ponto cinco - quatro: PERCENTAGEM VARIÁVEL DE IRS A RECEBER PELO MUNICÍPIO DE MORA (ART. 26º., DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO - RFALEI):** Presente informação do Senhor Presidente da Câmara

informando que propõe a percentagem de 5% referente à Variável de IRS a receber pelo Município de Mora (art. 26º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro - RFALEI). -----

A **Câmara Municipal** deliberou por maioria com três votos a favor dos **Senhores Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos, Vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes, Vereador Bruno Alexandre Croca Brites,** todos da **CDU** e um voto contra da **Senhora Vereadora do PS, Paula Cristina Calado Chuço,** propor à **Assembleia Municipal** que se mantenha uma participação de **5% em IRS** nos termos definidos na legislação atrás referida. -----

Pela **Senhora Vereadora do PS, Paula Cristina Calado Chuço** foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Voto contra porque esta taxa poderia ser reduzida de forma a ajudar os nossos Municípios. Esta medida da redução da taxa do IRS para 50% (2,50%) a receber pelo Município faz parte do compromisso que apresentamos aos nossos Municípios, assim devo defender o que propusemos à população do nosso Concelho.” -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos foi feita a seguinte declaração de voto: -----

“A posição da Senhora Vereadora relativamente à percentagem Variável do IRS é típica de quem não tem responsabilidades executivas e, por isso puramente demagógicas. Basta ver que em todos os municípios onde o PS tem maioria no distrito que a percentagem variável do IRS é aplicada exatamente com o mesmo valor, isto é 5%.” -----

----- **Ponto cinco - cinco: ACTA CONSELHO CONSULTIVO DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR, ANO LECTIVO 2017/2018:** Presente informação do **Gabinete de Ação Social** informando à semelhança dos anos lectivos anteriores, propõem-se os montantes relativos à Acção Social Escolar, os quais constam da **Ata da Reunião do Conselho Consultivo de Acção Social Escolar** anexa à presente informação. -----

Da ata supramencionada constam a verbas a atribuir pela **Câmara Municipal** para **Fichas de Trabalho, Material Escolar, Material de Limpeza, Tinteiros, o valor das refeições e a cedência de transporte para as visitas de estudo dentro e fora da Região Alentejo.** -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do teor da **Ata da reunião do Conselho Consultivo de Ação Social Escolar**, ano lectivo 2017/2018 e deliberou por unanimidade ratificar as decisões nela constantes e bem assim adquirir os materiais que se tornam necessários à execução das referidas decisões. -----

----- **Ponto cinco - seis: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do Senhor Presidente informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes associações: -----

- **Grupo Desportivo de Pavia** conforme mapa anexo à presente informação. ----

- **Escola EB 2,3/S de Mora**, no próximo dia 23 de Novembro, para uma visita de estudo à Central Eléctrica e ao Auditório Pedro Arrupe, em Lisboa;-----

- **ARPI de Mora**, no próximo dia 29 de Novembro, para a Assembleia Geral da Federação de Évora (FARPIE/MURPI).-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte às Instituições acima referidas.-----

----- **Ponto cinco - sete: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ANTENA 1 E CÂMARA MUNICIPAL DE MORA:** Presente informação do

Senhor Presidente informando que o presente protocolo visa a produção de pequenos conteúdos (curiosidades) sobre o Fluviário, em parceria com a rádio. Episódios com um minuto que serão pós produzidos pela equipa da rádio e posteriormente disponibilizados em podcast, no play da rtp. Os conteúdos são gravados no Fluviário de Mora. A Disponibilização do conteúdo do "Fluviário" na Página Web da rádio terá um Botão Gráfico identificativo, no qual estará inscrito o logotipo da entidade. -----

A rádio Zig Zag é uma extensão da marca infantil do grupo rtp. É uma rádio online, dirigida a crianças entre os 5 e os 9 anos, 1º ciclo do ensino básico. É ouvida nas plataformas Web do grupo, distribuída nas aplicações RTP já existentes, no site da ZIG ZAG e na aplicação disponível em android e IOS.-----

O Fluviário de Mora com base neste protocolo, compromete-se a divulgar a Rádio Zig Zag através de algumas iniciativas que passam pela promoção do conteúdo (ex: distribuição do sistema de QR Codes nas várias áreas de exposição, FB, Site, etc...).-----

Face ao exposto, proponho a aprovação do Protocolo, em anexo à presente informação, a celebrar entre a Rádio Antena 1 e a Câmara Municipal de Mora.--

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento analisou o referido **Protocolo** e deli-
berou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com o mesmo procedendo à
sua assinatura. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.-

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE**
REUNIÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presi-**
dente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quarenta e cinco minu-
tos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exer-
cendo funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada
por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**,
realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e
assino.-----